

A Paróquia Católica e a Pastoral da Mobilidade Humana

A questão do território e a missão da Igreja junto aos migrantes

*Sidnei Marco Dornelas **

Os Bispos Católicos, reunidos em maio de 2007, junto ao Santuário de Aparecida, para a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, renovaram o apelo para que a Igreja no Continente entre em estado permanente de missão. Essa percepção quanto à necessidade de renovação da ação evangelizadora tem soado de maneira singular como uma interpelação sobre o modo como as paróquias foram tradicionalmente estruturadas. Existe uma inquietação para que elas se tornem mais “missionárias”, ao mesmo tempo em que se percebe certo desalento em ver os muitos entraves para que isso se torne realidade.

Neste trabalho buscamos refletir sobre um aspecto fundamental na configuração da ação pastoral da Paróquia, e decisivo para qualquer aspiração “missionária”: o território. Expomos aqui o modo como o território vem sendo concebido no horizonte desse processo de renovação da ação evangelizadora, trazendo à luz alguns pontos de sua problemática, tais como debatidos no campo da geografia e da sociologia. Passamos depois a questionar os dilemas atuais vividos concretamente nesse processo de renovação da paróquia. No interior desse debate, queremos realçar o lugar de destaque ocupado pelas pastorais da mobilidade humana, como uma instância de questionamentos, mas também enquanto possibilidade real de experimentação missionária, sobretudo no espaço urbano¹.

* Comissão Episcopal para a Missão Continental e Setor Pastoral da Mobilidade Humana/ CNBB.

Novo contexto da ação pastoral paroquial

No Código do Direito Canônico de 1983 temos a definição de Paróquia: *“Paróquia é uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja Particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco como seu pastor próprio, sob a autoridade do Bispo Diocesano.”* (c. 515 §1) Essa definição pode ser complementada por outro parágrafo: *“Por via de regra, a paróquia seja territorial, i.e., seja tal que compreenda todos os fiéis de um determinado território; onde, porém, for conveniente constituam-se paróquias pessoais ...”* (c. 518). Essa definição já aponta para alguns traços fundamentais da Paróquia e que configuram juridicamente sua ação pastoral: a comunidade **estável** situada na Igreja Local; a figura central do **pároco**, sob a autoridade e legitimidade do Bispo Diocesano; o fato de ser uma comunidade de **“fiéis”**, que subentende a submissão como regra e a *“cura d’almas”* como padrão da ação pastoral; e o **território** como o que configura a jurisdição da ação pastoral, que enquadra a sua normatização e a sua prática. Esse caráter jurídico-canônico condiciona fortemente outros tantos aspectos que preenchem o cotidiano da vida paroquial, colocando no centro estratégico a figura da secretaria paroquial, os processos, regulamentos, programações, os trâmites burocráticos, seu forte caráter administrativo, tudo o que obscurece o que poderia ser um *“rosto missionário”* da Paróquia.

Ora, esses aspectos centrais tendem a configurar a ação pastoral da Paróquia e se tornaram objeto de um questionamento constante pela sociedade atual. A realidade vivida pelos migrantes, em particular, sempre representou uma dissonância frente a essas estruturas de pastoral, evidenciando sua rigidez e inadaptação:

- Se a paróquia busca ser uma comunidade *“constituída estavelmente”*, o mundo em que ela se situa é cada vez mais o de uma sociedade marcada pelos fluxos e pela instabilidade. Particularmente o mundo urbano, numa sociedade globalizada, vê seu cotidiano fragmentado em múltiplos espaços e dimensões de tempo, e cada pessoa é chamada a percorrê-los num trajeto pessoal e único, em meio a uma massa circulando por outros tantos trajetos disparatados. Cada vez mais esse indivíduo vai se incorporar a uma comunidade a partir de seus próprios meios e segundo suas próprias opções pessoais, conforme as diferentes circunstâncias em que se encontra e referenciais de tradição a que se reporta. E quanto mais esse indivíduo se encontra deslocado, como as várias pessoas em situação de mobilidade, à mercê da instabilidade dos vínculos sociais, ele tende a reelaborar novas formas de pertencimento social, em relação às suas origens, bem como aos novos grupos em que busca se inserir.
- Quanto às fontes tradicionais de autoridade, que legitimamente podem guiar a consciência e o comportamento de grupos e indivíduos, elas

passam por uma contestação sem precedentes. Seja a autoridade política, como a de ordem econômica, social e religiosa, todas passam pelo crivo da consciência do ser humano, que passa a dar atenção a uma multiplicidade de outras fontes de autoridade, outros tantos “formadores de opinião”, oriundos dos meios de comunicação social, da Universidade, do meio artístico, de organizações não governamentais, de tantas “seitas” e/ou grupos espiritualizantes. A contestação da autoridade das instituições tradicionais concomitante a esse processo de multiplicação, fragmentação e descentralização dos “focos” de autoridade, repercute na posição de autoridade do pároco, que é chamado a repensar o seu modo de exercício. Assim, a relação de “pastoreio” do pároco não é mais unívoca, pois os integrantes de sua “grei”, numa sociedade plural e de massas, sobretudo os migrantes, por sua situação de instabilidade e deslocamento, se veem levados a repensar os diversos “focos” de autoridade que lhe servem de referencial.

- Nesse mundo cada vez mais plural e diversificado, em que a vontade do indivíduo é, paradoxal e simultaneamente, valorizada e manipulada, e que seu status de “consumidor” se sobrepõe ao de “produtor” ou de “trabalhador”, a sua condição de “fiel” sofre influências e pressões contraditórias. Se outras demandas religiosas se apresentam à Igreja, também outras formas de filiação religiosa são experimentadas dentro e fora da Igreja, ao mesmo tempo em que cada um se revela agente de sua própria espiritualidade, inconsciente e/ou conscientemente, subvertendo os padrões da “cura d’almas”. Porém, a complexidade da sociedade atual também pede à Paróquia uma atenção para uma série de demandas de ordem social, assim como outra forma de presença no interior da sociedade em que se encontra, mais aberta, mais interativa e mais lúcida. A estrutura paroquial se vê obrigada a rever suas estratégias de pastoral, conforme a instabilidade da “demanda” vinda de suas pastorais, da busca de sacramentos, da percepção da existência de grupos que destoam do cotidiano da prática e dos espaços da Paróquia, como frequentemente ocorre com os migrantes.
- Por fim, na continuidade desse quadro, a sociedade atual passa também por uma intensa discussão sobre as diferentes concepções de “território” em que se redimensiona o espaço social. Se o “território” em si mesmo não pode ser abolido, ele passa a ser experimentado sob uma multiplicidade de formas. Isso será objeto de nossas reflexões na sequência.

É sobre este pano de fundo que podemos ver como a Conferência dos Bispos, reunida em Aparecida, apresentou como a proposta pastoral visando colocar em prática as suas conclusões, o projeto da Missão Continental (MC):

Esse despertar missionário, na forma de Missão Continental, cujas linhas fundamentais foram examinadas por nossa Conferência e que esperamos sejam portadoras de sua riqueza de ensinamentos (...) Exigirá decidida colaboração das Conferências Episcopais e de cada Diocese em particular. Procurará colocar a Igreja em estado permanente de missão (DAp 551).

O projeto da Missão Continental, no Brasil e em outros países da América Latina, na tentativa de operacionalizar as conclusões de Aparecida, e incentivar o protagonismo das Igrejas Locais no processo de sua implantação, ensaiou uma série de respostas a esses desafios. Diante de uma sociedade fragmentada e instável, repercutindo numa experiência de fé e de comunidade igualmente múltipla, com uma fragilização dos referenciais tradicionais, recordou que o fundamento da vocação de todo e cada “fiel” batizado é o de ser “discípulo missionário”. A partir deste princípio, diante da instabilidade em que se encontra a comunidade cristã, o projeto da MC fez uma convocação para um projeto comum de evangelização, tendo a Diocese como sua unidade pastoral e cada Paróquia como sua agenciadora e local de realização. Assim, cada pároco, à frente de uma porção do Povo de Deus, concretamente organizado na Paróquia da qual é responsável, se viu chamado a animar a realização do projeto da MC. Ele é convidado, dessa forma, a compartilhar o serviço de sua autoridade com outros tantos agentes que também atuam na evangelização.

O “itinerário” da MC, publicado pelo Conselho Episcopal Latino-Americano/CELAM (CELAM, 2009), a esse propósito, expressa o desejo da Igreja encontrar “mais interlocutores que destinatários”. Nesse sentido, pode-se dizer que cada fiel leigo é chamado a participar na concepção, planejamento, execução e avaliação da ação pastoral paroquial. Assim, o projeto da MC vem procurando resgatar a importância do planejamento pastoral, a necessidade de despertar a consciência missionária de cada batizado, e realizar a chamada “conversão pastoral”: passar de “uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária”. Na perspectiva da MC, o tema da “paróquia missionária” ganha, portanto, um destaque especial, pois coloca em pauta a rigidez das estruturas da paróquia, e os desafios que elas representam para sua ação missionária². Nesse sentido pode-se também entender a retomada da proposta da “setorização” das paróquias, como expressão concreta de uma Igreja que é “comunidade de comunidades”³.

Entretanto, o mais decisivo talvez seja a mudança de mentalidade: como sair de uma concepção tradicional de pastoral?

VISÃO TRADICIONAL DE PASTORAL



Sob a mentalidade tradicional, a função da missão seria o de arrebanhar “fiéis” para entrar no âmbito da Igreja, onde após um tempo de iniciação e catequese, marcado pela celebração dos sacramentos, eles se conservariam no seio da comunidade, através de uma pastoral que garantiria a estabilidade comunitária de sua vida de fé. Esse esquema estanque vem sendo questionado pelos mesmos fatores que vêm desestabilizando a instituição da Paróquia. Existe a demanda por outra forma de conceber a pastoral, em que sua dimensão missionária não esteja “fora”, mas se torne componente essencial de sua dinâmica interna. Para tanto é que se pede outra forma de se conceber e se relacionar com o “território”.

Problematizando o “território”

É sabido que o fator “território” é central na configuração histórica do que concebemos hoje como Paróquia. No entanto, assim como o atual estágio do capitalismo globalizado vem subvertendo a estabilidade de todos os princípios que embasam o seu funcionamento, assim também a noção de “território” vem passando por vários questionamentos. Hoje sabemos que o “território” não é um dado natural, mas tem uma constituição histórica, social e cultural. Toda pessoa humana e todo grupo social possuem a sua “territorialidade”, que se manifesta em diferentes formas de “territorialização”, isto é, o processo pelo qual se constitui o território, ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo ao seu espaço de vivência – o território como extensão e concretização de sua identidade (SOUZA & PEDON, 2007).

Existem duas dimensões contraditórias que se manifestam em qualquer territorialização: como expressão da identidade do grupo, por um lado, e como expressão de seu domínio e controle social, por outro. Essas duas dimensões vêm ganhando múltiplas formas de contraposição na sociedade atual. É

conhecido o conflito entre duas partes desiguais, com diferentes graus de violência, numa sociedade em expansão capitalista como a nossa: por um lado, uma concepção do território como recurso econômico e espaço de dominação política unifuncional (grandes empresas do agronegócio), e por outro, o território como espaço de vivência, expressão da identidade do grupo social e de apropriação subjetiva, simbólica e cultural, plurifuncional (indígenas, populações tradicionais). Considerando que essas duas dimensões estão sempre interagindo dialeticamente, o território, assim, desdobra-se num *continuum* que vai da dominação político-econômica exclusiva, com uma funcionalidade unívoca, à apropriação mais subjetiva e/ou cultural e simbólica, como os territórios imaginários, dos povos que mantêm viva sua identidade sem ter a posse de uma territorialidade física (caso de povos e grupos que vivem exilados ou em diáspora, como os curdos). Na vida diária de vários grupos sociais, no entanto, como espaço e tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo (HAESBAERT, 2004).

No contexto do capitalismo globalizado, porém, novas formas de territorialidade e fragmentação socioespacial acabam surgindo. Na sociedade pós-industrial, as relações com o território tornam-se mais complexas. Ele passa a ser dinamizado a partir das novas necessidades de circulação de pessoas, de mercadorias, de comunicação. O território é visto como um suporte das novas relações sociais: “nós”, redes e malhas. Nos espaços urbanos, onde o cotidiano de diversos grupos sociais com diferentes filiações identitárias se cruzam diariamente, em meio a uma corrente contínua de várias influências culturais e midiáticas, a sua ocupação e apropriação é marcada por uma extrema fluidez. As territorializações pelos diferentes grupos operam de forma diversificada, compondo-se, seja por “pontos” e “linhas” (territórios-rede), seja por “superfícies” e “áreas” (territórios-zona). O território como uma “rede” se torna múltiplo: um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários, englobando ao mesmo tempo aquilo que é fixação (enraizamento), e aquilo que é mobilidade, tanto itinerários como lugares (HAESBAERT & LIMONAD, 2007).

Essa interação entre territórios-zona (lugares de fixação, da estabilidade, da continuidade e da tradição) e os territórios-rede (constituídos pela flexibilidade e fluidez entre vários lugares, produzindo a constante novidade, instáveis e descontínuos) leva a pensar no surgimento de uma “multiterritorialidade”. Múltiplos territórios interagindo, uns mais fechados e unifuncionais, outros que permitem uma multiplicidade de ocupação, servindo a várias funções e como suporte a diferentes práticas culturais e identitárias. São diferentes formas de territorialização, variando conforme sua permeabilidade: mais exclusivos ou mais híbridos. É possível conceber, enfim, algo como uma “flexibilidade territorial”, em que a vivência da “multiterritorialidade”, ou a possibilidade de experimentar vários territórios ao mesmo tempo, simultaneamente, se realiza percorrendo territórios descontínuos e fragmentados, não apenas pelo deslocamento físico, mas também pela “conectividade virtual”, criando novas capacidades de interagir.

Como repensar a ação no território da Paróquia no contexto dessa discussão atual? Como pensar a ação pastoral junto a grupos desterritorializados (como os migrantes), abertos a opções múltiplas de territorialização, tendo a paróquia como um referencial entre outros? Como se readequar aos novos tempos, às novas concepções de território que expressam uma multiplicidade de novas formas de vivenciar o cotidiano? Até que ponto concepções mais tradicionais de território, ou de territorialização, podem ser resgatadas para suprir a ação missionária e pastoral da Paróquia atualmente? Que comunidades (e que rede de comunidades) podem ser vivenciadas e articuladas sob essas novas formas de conceber e se relacionar com o território? A aspiração por uma “nova Paróquia”, como pretende o projeto de evangelização da Igreja, portanto, é um objetivo que deve passar necessariamente pelo crivo de tais questionamentos e experimentações.

A territorialidade da Paróquia em questão

Inicialmente, pode-se dizer que o território da Paróquia, como espaço de sua ação pastoral e missionária, sempre foi marcado por duas dimensões: o favorecimento da constituição da **identidade comum** da população de um determinado lugar (vila, bairro, povoado), como fator de aglutinação, de mobilização e ação coletiva; a construção do espaço como **um local de práticas (missionárias e pastorais)**, em que ocorre o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade. Essas duas dimensões se remetem uma à outra, como forma de territorialização de uma comunidade que encontra em sua igreja paroquial o seu símbolo maior, social, cultural e religioso. No entanto, o território da Paróquia também está carregado por vários condicionamentos. Trata-se de uma territorialidade pensada a partir de um “espaço construído”, onde se vive um determinado padrão de convivência, que não pode ser simplesmente transposto para outros espaços desse território. É também uma territorialidade já dada, constituída e regulada canonicamente. Nada disso, porém, desabona sua significação social e cultural para as comunidades que em torno dela se formam.

Talvez seja nesse sentido que se possa projetar uma ação missionária renovada, no território da Paróquia, de forma sistemática, tal como proposto pelos Bispos reunidos na 49ª Assembleia Geral da CNBB, em 2011:

Cabe a cada comunidade eclesial perguntar quais são os grupos humanos ou as categorias sociais que merecem atenção especial e lhes dar prioridade no trabalho de evangelização. Entre esses grupos estão os que têm pouco vínculo com a Igreja. Às vezes são jovens; outras vezes, pessoas vivendo na periferia de nossas cidades, intelectuais, artistas, políticos, formadores de opinião, trabalhadores com grande mobilidade, nômades, etc. Importa ir ao encontro deles, não apenas nas famílias e nas residências,

mas em todos os ambientes. As *missões populares*, indo ao encontro do apelo da *Missão Continental*, têm se mostrado um caminho eficaz. As visitas sistemáticas nos locais de trabalho, nas moradias de estudantes, nas favelas e nos cortiços, nos alojamentos de trabalhadores, nas instituições de saúde, nos assentamentos, nas prisões, nos albergues e junto aos moradores de rua, entre outros, são testemunho de uma Igreja samaritana. A pastoral da visitação pode dar maior organicidade e eficácia a este serviço (DGAE 2011-2015 §78).

Este trecho das Diretrizes Gerais apresenta-se como um verdadeiro programa de ação missionária para a realização da Missão Continental no território diocesano e paroquial. Aqui se encontram todos os pressupostos metodológicos para a Paróquia se colocar em estado de missão: o diagnóstico da realidade, a identificação dos grupos a serem evangelizados, os ambientes prioritários em que a Igreja deve se fazer presente, a organização de uma pastoral da visitação (permanente e sistemática). A recordação das “missões populares” é o indicativo das muitas experiências ocorridas nos últimos anos, que servem de parâmetro concreto para a sua realização. Existe uma multiplicidade de exemplos, pelo Brasil afora, de como a partir de uma experiência bem alicerçada de missão popular, toda uma Igreja Local (Diocese, Paróquia, região pastoral, Vicariato) pode organizar um programa de missão permanente, ocupando uma variedade de espaços sociais.

No entanto, vários questionamentos sobre o território da Paróquia permanecem de pé. O parágrafo 78 das Diretrizes aponta para vários ambientes afastados da Igreja, que podem estar localizados em seu território. Outros territórios são “unifuncionais”, como condomínios verticais ou empresas comerciais e industriais, que não são caracterizados pela formação de relações de vizinhança ou de comunidade. Apesar de fazerem parte do “território” da Paróquia não seriam propensos à sua ação evangelizadora. Notadamente, a fragmentação e fluidez do mundo urbano, onde se concentra a grande massa da população atual, desafia a criatividade missionária e pastoral. É, sobretudo, nos espaços urbanos que os questionamentos anteriores sobre o território se colocam de forma mais aguda. Concretamente, a ação pastoral da Paróquia experimenta diariamente a fluidez e relativização dos “territórios” (que se fazem e se desfazem, que se excluem e se constituem mutuamente, que se superpõem, em interação constante). Essa experiência se faz não só no território de sua jurisdição (pela multiplicação e diversificação dos “ambientes”), mas também pela diversidade de usos que ocorrem nos espaços da sede paroquial, conforme o grupo que dele se apropria por um determinado período de tempo.

A Paróquia é convidada a pensar sua ação pastoral e missionária, considerando, numa interação dinâmica, de um lado sua estrutura física e pastoral, e de outro, a missão de evangelizar nesses espaços marcados por territórios múltiplos e fluidos:



A interação entre estruturas paroquiais e território de missão é ambivalente. Por um lado, se espera uma ação constante de grupos paroquiais nos múltiplos ambientes, caracterizando a ação missionária no território. Mas, por outro, inúmeras influências oriundas de fora da Paróquia condicionam o uso dos espaços e instalações paroquiais. Existe uma “transversalidade” de vários grupos, não necessariamente pertencentes ao território da paróquia, ou que possuam seu principal centro de coordenação na estrutura paroquial, que se servem de seus espaços e participam de sua dinâmica pastoral. São grupos étnico-nacionais, muitas vezes de origem migrante, ou de pastoral social, ou movimentos de cunho religioso, com diferentes lógicas de poder e diferentes lógicas de prática religiosa e cultural. Há mesmo uma influência crescente da mídia católica, que condiciona as atividades e formas de ocupação de seus espaços, com concepções de territorialidade que muitas vezes escapam ao controle paroquial. Em tudo, percebe-se uma grande autonomia de pastorais e novos movimentos eclesiais com suas formas próprias de conceber e usar o território, assim como de estabelecer sua fidelidade à Igreja.

Após o Concílio Vaticano II (1962-1965), surgiram grupos e movimentos eclesiais com estruturas autônomas, que muitas vezes utilizam os espaços da Paróquia, mas têm uma coordenação que frequentemente não se alinha com a autoridade do pároco, gerando situações de conflito. Essa observação se aplica, seja a diferentes grupos que se reivindicam das pastorais sociais, seja àqueles oriundos da renovação carismática católica. A “transversalidade” parece um dado irreversível a ser considerado, portanto, quanto ao que se espera ao falarmos de uma Igreja em estado permanente de missão⁴. Nesse sentido, para além do território de sua jurisdição, reconhecido pela Diocese, e que incumbe a cada Paróquia evangelizar, seria preciso considerar outras formas de “territorialização” em que pode se efetivar sua ação pastoral.

Seria mesmo o caso de perguntar se no contexto mais amplo de uma sociedade do espetáculo e da mercantilização da religião, com seus “nichos de mercado”, como a promoção de eventos ou o marketing católico, não haveria a busca, por parte de alguns grupos, de utilização de instalações da Paróquia e sua gama de relações, tanto com o entorno próximo, como com a sociedade mais ampla, para fins alheios à sua missão?! Na perspectiva da sociedade

atual, não seria de estranhar um agenciamento dos espaços da Paróquia em função de uma cultura de “empresa” religiosa e católica, como um verdadeiro “nicho de mercado”. Sob essa ótica, a Paróquia atuaria segundo uma lógica de empresa, criando uma forma própria de empreendedorismo “católico”. Nesse novo “ambiente”, não estaria surgindo uma nova figura do “Pároco”, como empresário, organizador e animador de eventos? Como se compreenderia a missão da Paróquia nesse horizonte?

Enfim, na multiplicidade de concepções de território da sociedade urbana, culturalmente múltipla e marcada por condicionamentos da sociedade de mercado, a Paróquia também está submetida a uma grande variedade de lógicas de ocupação territorial, muitas vezes conflitivas, e nem sempre conforme a proposta do Evangelho. Se a Paróquia hoje em dia está longe de ser a única e principal referência de seu território de jurisdição, porém, existem ainda aqueles que podem manter a ilusão de que ela se basta a si mesma, mantendo-se aparentemente isenta frente à sociedade que a circunda. Como conciliar essa mentalidade de administração paroquial, que estabelece suas relações, suas redes, recria suas áreas de influência, mantém sua estrutura jurídica, seu patrimônio, suas finanças, sua programação religiosa de forma autônoma, como um pequeno “feudo” (ou “empresa”) dentro da Diocese, com a Teologia da Igreja Local? A Paróquia como porção do Povo de Deus, sendo o pároco parte do presbitério em torno ao Bispo Diocesano, numa relação de fidelidade criativa, se organizando num planejamento que articula a participação consciente de todas as pastorais, movimentos e comunidades: eis o que se espera de uma “comunidade de comunidades”, a Paróquia no âmbito da Igreja Diocesana, mas também vivenciando essa proposta em seu interior, com suas próprias comunidades, no território que lhe foi confiado.

Esta seria, talvez, a oportunidade para se pensar uma pastoral missionária, sistemática e permanente, a partir de referenciais que a conduzam no sentido de uma perspectiva de “flexibilidade territorial”:

- Como TERRITÓRIO – “ZONA”:
 - “setorização das paróquias”: bairros, ruas, favelas, cortiços, condomínios...
 - “ambientes”: hospitais, albergues, escolas, alojamentos de trabalhadores...
 - “fronteiras” (situações): menores, dependentes químicos, migrantes, direitos humanos...
- Como TERRITÓRIO – “REDE”:
 - espaços de participação, celebração e interação entre diferentes grupos;
 - atividade dos “conselhos”: serviço de comunhão, articulação e mediação;
 - serviços de comunicação e articulação: pastoral da comunicação e redes sociais.

Sabendo que existe uma interação dialética entre “território-zona” e “território-rede”, tal como acontece na relação entre a estrutura pastoral e a

missão de evangelizar, ou mesmo no processo de territorialização, como domínio e pertencimento cultural, a proposta da Missão Continental, expressando a renovação das estruturas de pastoral paroquiais, representa uma oportunidade para experimentar, de forma criativa, em cada Diocese e em cada Paróquia, novas modalidades da Igreja entrar em estado permanente de missão. É assim que se pode pensar a relação entre a estrutura da Paróquia e uma ação missionária específica junto aos grupos em mobilidade, como os migrantes, em situações de fronteira e em ambientes segregados.

A Nova Paróquia e a ação missionária junto aos migrantes

O documento de estudo “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”, aprovado na 51ª Assembleia Geral da CNBB, em abril de 2013, de alguma maneira tenta responder grande parte das inquietações acima. No entanto, ele parece tangenciar essas duas questões cruciais: a estrutura territorial da paróquia e sua dependência em relação ao pároco, como referência central da organização de sua ação pastoral. Ao ficar nas recomendações, apesar da grande insistência na necessidade de renovação de suas estruturas, parece sinalizar as muitas contingências que impedem uma ação mais franca nesse sentido. Mesmo centrando sua reflexão na “setorização”, o que transparece é uma concepção de comunidade já estabelecida, fixa, estável, que parece desejar permanecer como tal frente a um mundo em ebulição. Não existe nenhuma referência explícita ao que poderia ser uma “paróquia missionária”, à prática das Santas Missões Populares, ou ao envolvimento da paróquia na organização missionária da Igreja. Na verdade, quando trata de sua “missionariedade”, de uma “Igreja em estado permanente de missão”, o documento refere-se à tarefa da paróquia em se fazer mais acolhedora: “comunidade missionária é comunidade acolhedora” (§ 206). Muito pouco se refere à comunidade paroquial que se engaja na missão, suscita vocações missionárias, envia missionários além-fronteiras, que se compromete em apoiá-los, em sustentá-los. Trata-se de uma visão limitada de missão, que se contenta apenas em acolher.

No entanto, não há como negar que, referir-se à missão da paróquia como “comunidade acolhedora”, a partir de uma boa fundamentação bíblica, histórica e teológica, constitui-se inegavelmente num grande avanço. Com efeito, de maneira sucinta, a partir da recuperação das bases da comunidade cristã, cujas características fundamentais seriam a hospitalidade, a partilha, a comunhão de mesa e a acolhida dos peregrinos, assim como das origens da palavra “*paroikia*”, veio à tona a concepção da comunidade paroquial como uma “casa” que acolhe os que vivem ao seu redor, e a Igreja como aquela que se encontra ali, onde as pessoas estão. (§§ 74; 75) As origens da palavra “paróquia” remetem aos primeiros tempos em que os cristãos eram estrangeiros, peregrinos e migrantes nas cidades do Império romano, e viam nas comunidades cristãs que se reuniam nas “casas”, um lugar de pouso, de acolhida, em que se reconheciam como irmãos. Nesse sentido, ao referir-se à paróquia como uma “estação”, em que “se

vive de forma provisória”, pois o “cristão é um caminheiro” (§ 45), apontam para um fundamento importante para a missão da paróquia, como lugar de referência para a pastoral do migrante, como de outras pessoas em situação de mobilidade.

É importante recordar como os diferentes grupos que vivem em situação de mobilidade, incluindo as diversas categorias de migrantes, historicamente vêm demandando uma estrutura de pastoral alternativa em relação ao padrão da Paróquia territorial. É nesse sentido que o Código do Direito Canônico de 1983, por meio do c. 518, alarga a possibilidade da criação de “paróquias pessoais”, concedendo às Igrejas Locais este poder, procurando atender assim às necessidades de grupos nacionais, étnicos e linguísticos expressivos no território da Diocese. Além disso, o mesmo código também prevê outros instrumentos canônicos, como a comunidade “com cura animarum” ou a capelania, que no interior de uma determinada Paróquia territorial, e sob os cuidados de um capelão próprio, assume os cuidados pastorais de um determinado grupo. Os migrantes foram dos primeiros grupos a sinalizar – inclusive pelo seu crescimento numérico e pela multiplicação de situações que se criavam, na medida em que o fenômeno migratório se alargava e se diversificava – sobre as limitações de uma concepção rígida de território paroquial, como parâmetro único para normatizar as práticas pastorais da Igreja.

Dessa maneira, pode-se testemunhar em várias cidades do mundo, em localidades com grande concentração de grupos de várias procedências e etnias, a formação de comunidades de migrantes que, ao mesmo tempo em que interagem com outros grupos no território de uma Paróquia, e dividem o uso do espaço de sua sede, mantêm uma rede de relações com outras comunidades e outros grupos associativos da mesma nacionalidade e/ou etnia. Igualmente, dada a diversidade de situações de trabalho e convivência entre grupos de nacionais e estrangeiros, no território paroquial e diocesano, multiplicam-se os serviços e as iniciativas para o seu acompanhamento. Por isso, não é demais lembrar que o incentivo para a realização de visitas missionárias aos alojamentos de trabalhadores, conforme o parágrafo 78 das atuais Diretrizes Gerais da CNBB, significa uma recomendação que vai em direção de uma autêntica pastoral dos migrantes, pois onde trabalhadores precisam de alojamento temos uma clara situação de migrantes distantes de suas famílias. Dessa maneira pode-se entender também a recomendação para a visita às “moradias de estudantes”, em que jovens se encontram afastados de suas famílias por motivo de estudo. Dentro da perspectiva da missão permanente, trata-se de um apelo para que Diocese e Paróquia se ocupem dos migrantes, os pobres desterritorializados, ausentes de suas comunidades de origem e presentes em território “alheio”. Podemos considerá-los, de alguma maneira, como sendo daqueles “afastados”, deslocados de suas comunidades de origem, vivendo segregados dos serviços, espaços e grupos de convivência da Paróquia em que se encontram.

Assim, atualmente, na medida em que se redescobre e se reconhece a dimensão missionária de uma variedade de pastorais sociais no âmbito da

Igreja Local, acompanhando grupos que vivem na precariedade social e numa instabilidade crescente, surge a possibilidade de se pensar numa nova relação com a instituição da Paróquia. Numa articulação entre “territórios-zona” e “territórios-rede”, tomando os espaços da Paróquia como suporte para uma rede de ações em nível de Igreja Local, com o pároco exercendo sua função e autoridade no interior de uma prática de “cogestão” e trabalho em equipe, pode-se imaginar outras tantas formas alternativas para o acompanhamento pastoral dos grupos em mobilidade. Permite também pensar uma maior flexibilidade na formação e acompanhamento de suas comunidades, se considerarmos que tais grupos se “territorializam” e se “desterritorializam”, num fluxo e revezamento constante, nos diferentes locais em que buscam vivenciar os momentos significativos de seu cotidiano, inclusive suas manifestações de fé.

A possibilidade de uma nova mentalidade de gestão paroquial, que consiga conviver e trabalhar numa interação dialética e criativa, entre as estruturas da paróquia e a flexibilidade da ação missionária, ou entre uma programação estável e sistemática por um lado, e uma ação pastoral de constante negociação, inovação e adaptação por outro, permitem sonhar com formas alternativas de vivência comunitária e cristã. Por enquanto estamos ainda no campo das experimentações. Como é o caso das Paróquias multiculturais, ou que abrigam uma pluralidade de serviços pastorais, conforme o exemplo da Igreja Nossa Senhora da Paz, na região central da cidade de São Paulo⁵. Ali convivem três paróquias: uma paróquia territorial (a Várzea do Carmo) e duas pessoais (uma para os fiéis de nacionalidade italiana; outra para os fiéis latino-americanos, e que possui quatro comunidades organizadas, a boliviana, a paraguaia, a chilena e a peruana). Também abriga algumas instituições de serviço pastoral aos migrantes, como a Casa do Migrante e o Centro Pastoral do Migrante, além de um Centro de Estudos, conjunto este hoje denominado *Missão Paz*.

O caso das Paróquias Scalabrinianas da Igreja Nossa Senhora da Paz, ao lado de outras tentativas de experimentação da missão no mundo urbano, mostram claramente a necessidade de repensar seja o território como referência para a ação evangelizadora, seja a figura central do pároco, quanto às modalidades de uso da autoridade e estabelecimento das relações de confiança. A articulação dessas comunidades e serviços que ali se experimentam, a partir de um mesmo espaço construído, e que visa atender não só a comunidade do bairro em que se localiza, mas migrantes de toda cidade de São Paulo, depende não só de um árduo exercício de planejamento, mas também de flexibilidade e diálogo constantes, a fim de antecipar os inúmeros imprevistos do cotidiano. Como um dos mais importantes centros de referência de atendimento aos migrantes da Grande São Paulo, mas também do Brasil, seu arco de relações ultrapassa em muito os limites do território da paróquia, obrigando a repensar de maneira evangélica a sua incidência social e política na sociedade, sobretudo quando está em jogo a sorte dos migrantes.

Talvez o exemplo de uma Paróquia multicultural como a Nossa Senhora da Paz, do centro de São Paulo, seja específica demais para ser generalizada para todo o país, e por isso seja difícil usá-la como um parâmetro mais imediato para a renovação do conjunto das Paróquias no Brasil. No entanto, o seu caso traz de maneira muito viva e palpável a problemática do território para a Igreja atual. É um exemplo das perplexidades que a dimensão do território coloca para a Igreja no contexto da grande metrópole. Porém, é também um imenso laboratório de respostas pastorais criativas para o que seria uma “paróquia missionária”, ou uma “nova paróquia”, aprendendo a refazer a convivência na Igreja como “comunidade de comunidades”.

Considerações finais

A discussão em torno do compromisso missionário da Paróquia católica e a visão “parcial” de sua missionariedade, como deixou entrever uma primeira leitura do documento de estudos 104 (“Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”), mereceria tempo e dedicação maiores. A própria proposta da Missão Continental recorda esta necessidade ainda longe de ser satisfeita: a de a Igreja Católica ganhar um rosto mais missionário, mais engajado no meio dos pobres. A busca de dar acolhida mais ampla aos migrantes vai nessa direção. Talvez fosse o caso de lembrar como a tradição cristã apresenta a experiência de Deus não apenas como algo que se realiza na “casa”, onde se reúne a comunidade, mas também no “caminho”, na “itinerância” (BOSCH, 2009, p. 48ss). As polaridades dialéticas “casa” e “caminho”; “comunidade estável” e “itinerância”; “estrutura paroquial” e “missão” poderiam ajudar a Igreja a relativizar o peso da estrutura paroquial na constituição da Igreja, relacionando-a com a necessidade da prática missionária além-fronteiras. Na verdade, como o documento 104 já sinaliza, ao falar da paróquia como “estação”, ela só tem sentido como lugar de partida e chegada, que envia e acolhe, onde se pode partilhar as experiências feitas no “caminho” e receber o apoio para os desafios a serem enfrentados. Algo que uma oração proposta para a Semana do Migrante de 2013 exprime muito bem:

Que o Deus Itinerante,

Caminhe à tua frente para te guiar, dar confiança, mostrar o rumo e renovar a esperança na concretização do Reino e sua justiça!

Caminhe atrás de ti para te empurrar, escutar, inquietar, questionar!

Caminhe ao teu lado para te acompanhar, alegrar e fazer sentir sua presença!

Caminhe abaixo de ti para te sustentar, fortalecer e dar coragem, firmeza e segurança!

Caminhe dentro de ti para te fazer sentir seu perdão, sua paz, sua liberdade, seu caminho e seu amor sem condições!

O Deus Itinerante, que é Pai, Filho e Espírito Santo te abençoe.

Amém.

Notas

1 - Este texto é uma versão mais elaborada de uma contribuição anteriormente feita ao tema central da 51ª Assembleia Geral da CNBB: “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”. O resultado final do trabalho feito pelos Bispos em Assembleia resultou no documento nº 104, da série Estudos da CNBB, publicado pelas Edições CNBB, em maio de 2013. Para uma primeira abordagem do território e a pastoral do migrante, cf. DORNELAS, 2007.

2 - O tema da paróquia missionária se reporta ainda a experimentações pastorais anteriores ao Concílio Vaticano II, quando desde já se buscavam formas de dinamizar sua ação pastoral paroquial. Cf. RAMOS, 2001; BLEUZEN, 2004. Como exemplo de como essa temática tem ganhado destaque nas preocupações atuais da Igreja, cf. PEREIRA, 2012; MIKUSKA, 2012.

3 - As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE 2011-2015) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na continuidade do Documento de Aparecida, colocou essa proposta como uma de suas cinco urgências: “Igreja: comunidade de comunidades”. Concretizá-la numa proposta de renovação paroquial foi o objeto do tema central debatido na Assembleia Geral ocorrida em abril de 2013.

4 - Esta temática, sobre a instituição Igreja, que encontra nos padres seus representantes “oficiais”, contraposta aos leigos e suas novas organizações religiosas, cada vez mais autônomas, desafiando a autoridade e legitimidade do clero, assim como o longo debate sobre a estrutura ministerial da Igreja, mereceria uma atenção que escapa ao escopo deste artigo.

5 - Para maiores referências sobre os serviços, entidades e organização da Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz, cf. <http://www.missaonspaz.org/>.

Referências

BLEUZEN, Brigitte. L’engagement social catholique em banlieue: l’exemple des fils de Charité. In: *Les Annales de la Recherche Urbaine*, n. 96, p. 25-33, 2004. Disponível em: <http://www.annalesdelarechercheurbaine.fr/IMG/pdf/Bleuzen_ARU-96.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2013.

BOSCH, David J. *Missão Transformadora: mudanças no paradigma na Teologia da Missão*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 3ª. ed., 2009.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Código de Direito Canônico*. São Paulo: Ed. Loyola, 1983.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil: 2011-2015* (DGAE). Brasília: Ed. CNBB, 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. Brasília: Ed. CNBB, 2013.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida* (DAP): Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília/São Paulo: Ed. CNBB/PAULUS/PAULINAS, 2008.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Itinerário da Missão Continental*. Brasília: Ed. CNBB, 2009.

DORNELAS, Sidnei Marco. Questões teológico-pastorais sobre a hospitalidade aos migrantes. In: *Travessia*, São Paulo, ano XX, n. 57, p. 14-19, jan./abr. 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Conferência realizada em Porto Alegre em 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

HAESBAERT, Rogério e LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: *etc, espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica*, v. 1, nº 2(4), 15 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

- MIKUSKA, Gelson Luiz. *Por uma paróquia missionária à luz de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2012.
- PEREIRA, José Carlos. *Paróquia Missionária à luz do documento de Aparecida: procedimentos fundamentais*. Brasília: Ed. CNBB, 2012.
- RAMOS, Julio A. *Teologia Pastoral*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.
- SOUZA, Edevaldo A. e PEDON, Nelson R. Território e Identidade. In: *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS*, v. 1, n.º 6, ano 4, nov. 2007. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS._e_NelsonP..pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.

RESUMO

Tendo presente o esforço da Igreja Católica no continente latino-americano em renovar-se pastoralmente, este trabalho busca refletir sobre um aspecto fundamental em sua configuração missionária: o território da paróquia. Apresenta-se o modo como o território vem sendo concebido no horizonte desse processo de renovação da ação evangelizadora, trazendo à luz alguns pontos de sua problemática, tais como debatidos no campo da geografia e da sociologia. Com este referencial, colocam-se as questões atuais vividas concretamente neste processo de renovação da paróquia, tendo em vista uma ação mais “missionária”. No interior deste debate ganha destaque o lugar ocupado pelas pastorais da mobilidade humana, como instância de questionamentos, mas também como oportunidade real de experimentação missionária, sobretudo no espaço urbano.

Palavras-chave: pastoral do migrante; teologia pastoral; sociologia religiosa.

ABSTRACT

Aware of the Catholic Church efforts in Latin America in pastorally self renewing, this article searches to think about a basic aspect of its missionary configuration: the parish territory. It represents the way how the territory has been conceived in the view of this renewal process of evangelization action, bringing to light some points of its problematic, as debated in the fields of geography and sociology. Based on this referential currently lived present questions about parish renewal are placed, aiming to have a more intense “missionary” action. In the middle of this debate the place occupied by the human mobility pastorals shows importance, as an issue of questioning, as well as a real opportunity of missionary experimentation, mainly at the urban space.

Keywords: migrant pastoral; theology pastoral; religious sociology.